

**Protocolo:** 01354/2020  
**Processo:**  
**Projeto:**  
**Data Leitura:** 18/06/2020  
**Data Arquivo:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
**Ass. Protocolo:** \_\_\_\_\_

**Tipo:** **Indicação**  
**Autor:** **Deputado Zé Teixeira**

Solicita apoio e estudos para a isenção ou prorrogação do prazo de pagamentos das parcelas e diminuição dos juros do financiamento da Agrovila Querência, no município de Amambai.

INDICO à Mesa, na forma regimental, seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhora TEREZA CRISTINA, ao Excelentíssimo Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor EDUARDO CORREA RIEDEL, e ao Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Senhor ANTÔNIO DE CASTRO VIEIRA, solicitando apoio e estudos para a isenção ou prorrogação do prazo de pagamentos das parcelas e diminuição dos juros do financiamento da Agrovila Querência, no município de Amambai.

Plenário Deputado Júlio Maia, 18 de junho de 2020.

Zé Teixeira

Deputado Estadual

DEMOCRATAS

(042/2020)

## **JUSTIFICATIVA**

Recebemos a Indicação nº 153/2020, aprovada pelo Legislativo Municipal de Amambai e assinada por seus vereadores, representando as famílias da Agrovila Querência, na qual solicitam nossa intercessão, com o pedido de isenção ou prorrogação do prazo de pagamentos das parcelas e diminuição dos juros dos financiamentos das 150 famílias daquela comunidade.

Em apoio ao solicitado, encaminhamos a reivindicação para apreciação, considerando que essas famílias estão com dificuldades em gerar renda para sua subsistência, e a carência dos financiamentos foram proteladas para setembro de 2020, prazo este que não deverá ser suficiente, diante do enfrentamento da Pandemia pelo Covid-19.

Assim, ressaltando a importância do trabalho da agricultura familiar na produção de alimentos e contribuição na economia de Mato Grosso do Sul, contamos com o acolhimento à reivindicação daquelas famílias, situação que também merece a atenção do Governo do Estado e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, visando o atendimento ao pleito daquelas famílias.